

# Militares e empresários abrem fogo

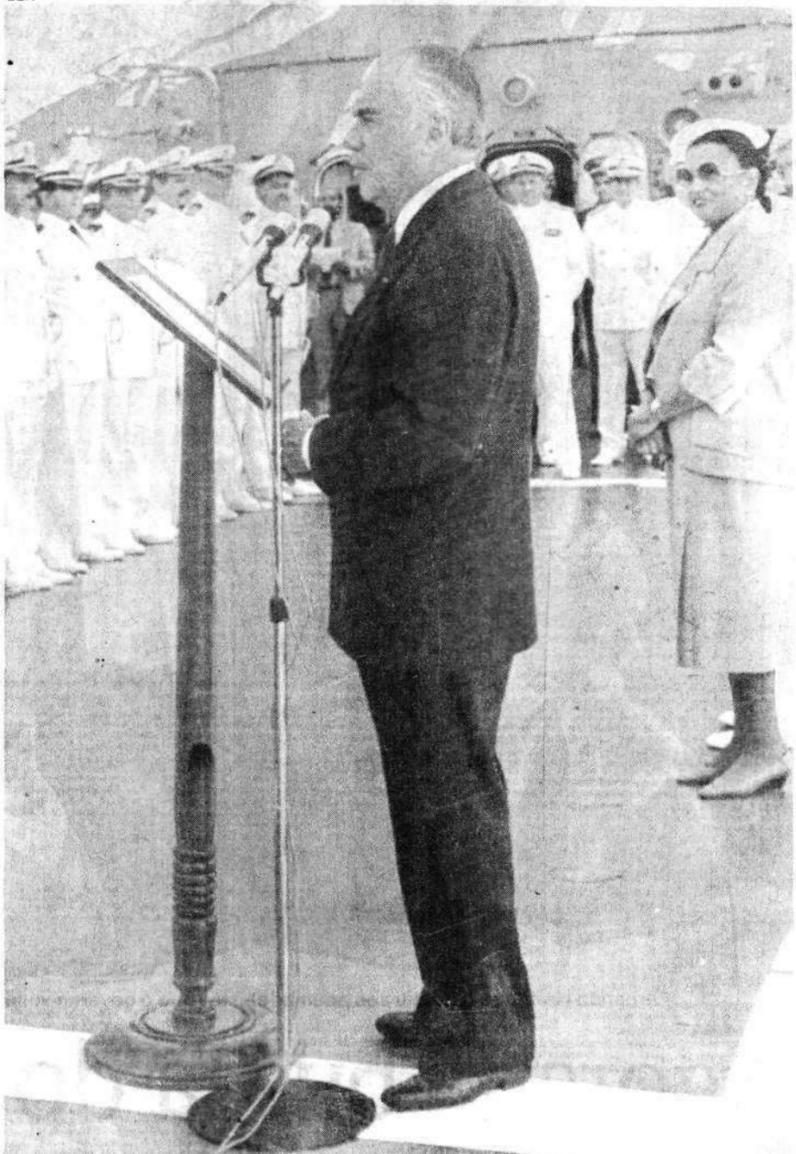
E dão apoio ao mandato de 5 anos. Sarney vê a transição ameaçada

Rio — O presidente José Sarney declarou ontem que o estado de direito encontra-se em crise e a transição democrática atravessa "instantes de apreensão". Esse duro recado aos políticos — que ele chamou de "forças civis" responsáveis pela transição — foi transmitido em uma solenidade militar, a visita ao navio-escola Brasil, da Marinha, no Rio. Sarney acusou os políticos de se dividirem, "num processo de autofagia, de canibalismo, que enfraquece as instituições e joga sobre a Nação perplexidade e indagação".

Aos militares ele reservou palavras elogiosas. "Em meio a essa tormenta", disse, "as Forças Armadas têm tido uma conduta impecável, de unidade, de coesão, de compreensão, de sacrifício, imune às provocações e dedicada aos seus afazeres constitucionais, dando suporte à transição". Usando uma imagem da Marinha, o presidente pediu a soma de esforços para "enfrentar o mar grosso" (desfavorável) e disse inspirar-se sempre na frase do almirante Barroso: "Agüentar fogo, que a vitória será nossa".

Pelo menos de dois setores Sarney recebeu apoio imediato. Em documento divulgado ontem, os empresários paulistas manifestaram a mudança no sistema de governo e a antecipação das eleições presidenciais para este ano (ver matéria abaixo). O ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia, também engrossou as manifestações dos militares a favor do mandato de cinco anos. Sabóia disse ver com "profunda preocupação" a realização de eleições "sem que existam todos os balizamentos preestabelecidos".

EBN



Sarney fez elogio aos militares e condenou o "canibalismo" dos civis

## O QUE DISSE O PRESIDENTE

Os principais trechos do discurso do presidente são os seguintes:

•Saibam os jovens Guardas-Marinha que os olhamos, na hora da partida, com simpatia e com admiração. A presença do Presidente da República a esta despedida diz bem da importância que todos os brasileiros atribuem ao elevado papel que os senhores deverão desempenhar na vida nacional. Vida nacional que tem momentos difíceis. O mar é como a vida, tem ventos bons e tem ventos fortes; tem vagas e tem vagalhões; tem dias claros e tem dias cinzentos; tem calmarias e tem tempestades; tem rotas difíceis e tem dias calmos; tem missões de defesa e tem missões de ataque; mas, felizes aqueles que sempre chegam a um porto. E o Brasil sempre chegou, sempre chegará.

•A democracia não é fácil; ela é mais do que um sistema de governo. Ela é um estado de consciência. Ela não pode ser julgada pelos que a conspur-

cam, pelos que negam seus valores, pelos que a utilizam para matar a liberdade muito sucedida que é muito suicida. Quando não se respeitam as leis, quando se organizam grupos para coagir, para atingir a liberdade dos outros, o Estado de Direito entra em crise, a transição democrática atravessa instantes de apreensão, as forças civis responsáveis por ela se dividem, dilaceram-se, fracionam-se num processo de autofagia, de canibalismo, que enfraquece as instituições e joga sobre a Nação perplexidade e indagação.

•Façamos um chamamento à razão, ao diálogo, à construção da pátria e à unidade, neste momento em que estamos presenciando a presença de jovens, a geração do futuro para a sua formação profissional nos caminhos do mar.

•Em meio a essa tormenta, situação muito bem conhecida dos marinheiros, as Forças Armadas têm tido uma conduta impecável, de unidade, de coesão, de compreen-

são, de sacrifício, imune às provocações e dedicadas a seus afazeres constitucionais, dando suporte à transição e vigilantes na defesa da ordem a qual não existe a paz, e sem paz nada se pode construir.

•Aqui estão, nos guardas-marinha, os chefes de amanhã.

Os senhores devem mirar o exemplo de seus heróis do passado, a conduta dos seus chefes do presente, a tradição gloriosa de sua farda, farda que é o apanágio de respeito e de serviços prestados ao país.

Dou-lhes, como Presidente da República, em nome da Nação Brasileira, a mensagem de boa partida.

Sucesso em seu cruzeiro, que é sua missão. Exitó em suas carreiras.

•Em meus momentos de dificuldades eu inspiro-me sempre no Almirante Barroso. Procuro captar o sentido de suas palavras, e digo para mim mesmo: Agüentar o fogo, que a vitória será nossa.

## Presidente explica o discurso

O presidente José Sarney ficou muito preocupado com as repercussões de seu discurso ontem no Rio e quando citou o patrono da Marinha, almirante Barroso, dizendo que é preciso "agüentar fogo, que a vitória será nossa". Resistir ao ataque, explicou Sarney, não significa sair tirando pessoas que estão fazendo pressão contra o seu governo.

Sua explicação foi transmitida através do repórter Mário Nelson, que viajou ao Rio de Janeiro, como convidado especial do presidente Sarney. "Não se tra-a de prometer agressões e, sim, de resistir à barragem de fogo com que o governo vem sendo tratado", comentou Sarney, sugerindo que o repórter passasse o esclarecimento para os demais repórteres.

Ao desembarcar na Base Aérea de Brasília, o presidente foi recepcionado pelos ministros Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil; Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações; Abreu Sodré, das Relações Exteriores; e Ivan de Souza Mendes, do SNI. Ele estava acompanhado dos ministros da Marinha, Henrique Sabóia, e do Gabinete Militar, Rubens Bayma Denys.

## Marinha não quer eleição agora

Rio — "Vejo com profunda preocupação a realização de eleições a que existem todos os balizamentos pré-estabelecidos — prudentemente, calmamente, ponderadamente estabelecidos. O importante não é o simples ato de se fazer uma eleição; o importante é ter-se uma eleição que dê como resultado uma resposta às aspirações da sociedade".

A declaração foi feita pelo ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia, no convés do navio-escola Brasil, pouco depois do discurso do presidente Sarney. A exemplo de Sarney, Sabóia manifestou sua preocupação com a atuação dos "grupos", mas acabou referindo-se diretamente à Constituição:

— A Constituição tem que refletir os anseios da sociedade e não uma Constituição que seja reflexo dos interesses de grupos — disse.

O ministro observou que o presidente Sarney, em seu discurso, usou uma imagem naval para alertar a todos sobre as dificulda-

des que o País atravessa, quando pediu a soma de esforços "para enfrentar o mar grosso e deste sair sem perder o rumo e chegar à grande meta que todos almejam, a meta da evolução democrática, de tranquilidade e prosperidade".

Respondendo a uma pergunta sobre o possível anseio popular por eleições, o ministro disse:

— As aspirações da sociedade têm que ser medidas. Os constituintes foram eleitos para captar os anseios da sociedade.

O ministro Henrique Sabóia lembrou a responsabilidade de cada brasileiro — tripulantes da Nau, como disse —, "neste momento de não desfavorável, quando não podem ser expectadores ou simples passageiros".

### VISITA

O presidente chegou ao Rio de Janeiro às 10h30m, na Base Militar da Ilha do Governador. Sua comitiva deslocou-se em dois ônibus até a ilha do Mucangue,

que tem acesso pela ponte Rio-Niterói. Para sua passagem pela Avenida Brasil, todas as passarelas foram interditadas. As 11h25min, ele chegou ao navio-escola Brasil, a bordo da lancha Gaivotas, acompanhado da mulher, D. Marly, e dos ministros Abreu Sodré, das Relações Exteriores, e Bayma Denys do Gabinete Militar. No Brasil, já o esperava o ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia.

O presidente almoçou uma salada de frutos do mar com verduras, carne e purê de espinafre, acompanhados de limonada. Ao fim do almoço, recebeu um retrato desenhado pelo cabo João Paulo Pereira Bueno, em grafite, e na sala de armas ouviu e discursou de agradecimento pela visita pronunciado pelo ministro da Marinha.

Depois de se despedir dos guardas-Marinha que partiam no navio-escola, o presidente passou a ler anotações que fez, de próprio punho, acrescentando conteúdo político ao seu discurso.

## Planalto obtém respaldo entre os empresários

ROBERTO CUSTODIO Da Sucursal

São Paulo — O respaldo para o governo Sarney superar as suas dificuldades nos planos econômico e institucional, que vinha sendo articulado em São Paulo pelo ministro da Habitação, Prisco Viana, foi garantido na noite de terça-feira, durante o reunião extraordinária do Fórum Informal de empresários paulistas. Os empresários do Fórum manifestaram-se contra a mudança do sistema de governo e contra a antecipação de eleições presidenciais para 88, em documento divulgado ontem. A justificativa dos empresários, reunidos na casa do presidente da Associação Comercial de São Paulo, Romeu Trussardi, é de que a resolução dos problemas da economia do País deve vir antes de uma definição sobre os temas políticos na Constituinte.

Segundo Trussardi, porta-voz do grupo (que reúne representantes dos setores da indústria, comércio, agricultura, bancos e transportes), a avaliação é de que o País passa por um difícil momento de transição, com reflexos sociais, tornando necessário o apressamento dos trabalhos da Constituinte, sem definir neste momento o sistema de governo e o mandato presidencial. Os empresários esperam que esses dois temas sejam levados à discussão depois de aprovadas as leis complementares e ordinárias. "Na prática é isso mesmo: não queremos o parlamentarismo e defendemos o mandato de cinco anos para Sarney", admitiu Trussardi.

O presidente da Federação do Comércio de São Paulo, Abram Szajman, discorreu da análise de que os seus companheiros não querem eleição neste ano. "Pode ser que no final dos trabalhos ainda seja possível se fazer eleições neste ano. O que queremos é que as questões da economia brasileira sejam resolvidas antes e sem a influência da Constituinte", disse.

Apuou-se porém, que ao defender essa tese durante a reunião, Szajman foi reprimido por Mário Amato, presidente da Fiesp, desgostoso com o fato de sempre ser obrigado a assumir as posições mais impopulares, como a defesa dos cinco anos para Sarney, quando atua como porta-voz do grupo empresarial.

As divisões no meio empresarial foram demonstradas também durante a reunião pela posição do presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo Rocha Azevedo, que defendeu o parlamentarismo com eleições gerais ainda em 88.

## A íntegra do documento dos paulistas

Esta é a íntegra do documento dos empresários:

"Os empresários paulistas, reunidos em seu fórum informal, reafirmaram seu compromisso com a democracia e o pluralismo político, e convictos de que o processo de transição democrática e ordenação institucional do País deve ser concluído o quanto antes, sem abalos, sem traumas e sem retrocessos.

Reconhecem, também, o caráter soberano da Assembleia Nacional Constituinte e consideram tão indesejável quanto obrigação de fazer um alerta: as discussões constitucionais não podem ocorrer em um clima de passionalismo; devem transcender os problemas do presente para balizar os caminhos do futuro.

E necessário que a escolha do futuro presidente da República seja a consequência, e não a causa, dos debates constitucionais. Os desígnios do País são muito maiores do que a preocupação de aumentar ou diminuir o mandato do eventual ocupante do Palácio do Planalto.

Planalto só estará completada após a votação das leis complementares. Não seria conveniente, portanto, a realização de novas eleições sem que uma legislação adequada esteja em vigor, sob o risco de vivermos um indesejável período de anomia.

No mesmo sentido, a mudança do sistema de governo deveria ser objeto de uma ampla consulta popular, uma vez que nas eleições passadas essa questão nunca esteve em pauta nas plataformas dos candidatos a deputados e senadores, o que impediu que o assunto fosse convenientemente discutido com a sociedade.

Os empresários de São Paulo renovam, portanto, sua pregação em busca da união nacional, do equilíbrio e da estabilidade política, capazes de permitir que a sociedade brasileira avance rumo ao desenvolvimento econômico e à justiça



Amato

● São os seguintes os empresários que assinaram o documento: Mário Amato, Romeu Trussardi Filho, Flávio Telles de Menezes, Benedito Darío Ferraz, Abram Szajman, Fábio Salles Meirelles, Paulo de Queiroz e Eduardo da Rocha Azevedo.

Rocha Azevedo não quis assinar o documento produzido no encontro, mas ontem foi convencido do contrário pelos demais líderes empresariais. Se se manteve em sua posição inicial, Azevedo teria que deixar o Fórum Informal. A saída da reunião, ainda na noite de terça-feira, o presidente da Bolsa não se considerava derrotado, "mas perdi um voto vencido. Perdi de seis a um", disse.

Outra dificuldade na busca do consenso empresarial se deu à proposta de consulta popular — um plebiscito — caso seja aprovado o regime parlamentar pela Constituinte. O presidente da Federação da Agricultura de São Paulo, Fábio Meirelles, disse que todos os empresários são presidencialistas por princípio mas poderiam evoluir para o parlamentarismo desde que viesse alopado à proposta de eleições gerais. "Entendemos que os atuais constituintes não têm direitos de decidir sobre mudança de regime já que essa proposta não constou de nenhuma plataforma de candidatos às eleições de 86", explicou.

Para os empresários, as opiniões contidas no documento não representam uma intromissão nos trabalhos da Constituinte. "Temos a responsabilidade de líderes empresariais e não podemos deixar de nos manifestar quando julgamos que o processo contém falhas", disse Mário Amato, presidente da Fiesp.

Na área da indústria, liderada por Amato, entretanto, a boa receptividade das decisões da reunião do Fórum não foi unânime. "Eu não concordo com essas posições embora respeite a decisão de se produzir uma manifestação do meio empresarial sobre a situação do País", disse Luis Carlos Delben Leite, presidente do Sindicato da Indústria de Máquinas de São Paulo.

## Corte de programas preocupa

A aprovação de quatro anos de mandato para o presidente Sarney prejudicará sensivelmente o Exército, Marinha e Aeronáutica, que têm seus projetos de reequipamento militar básico com execução final prevista para 1990, apoiados formalmente pelo presidente Sarney na agilização dos recursos necessários aos empreendimentos que envolvem substanciais somas. A afirmação foi de um oficial-general integrante do grupo liderado pelo ex-presidente Figueiredo, de passagem ontem por Brasília.

Segundo a mesma fonte, além dos cronogramas de execução desses projetos, os ministros militares sabem que a realização de eleições em novembro próximo implicará, em 1989, na mudança ministerial, com a substituição da atual cúpula, que durante os primeiros anos do Governo Sarney empregaram cerca de

duas mil pessoas nas organizações vinculadas às três Forças Armadas sem concurso, destacando-se a Infraero, Embraer, Instituto Tecnológico da Aeronáutica (Aeronáutica); Imbel-Indústria de Material Bélico do Brasil (Exército), entre outras sociedades de economia mista administradas pelos militares.

Os ministros militares defendem o presidencialismo, mas aceitam o parlamentarismo mitigado, desde que Sarney cumpra um mandato de cinco anos. O temor deles, em relação a um período de quatro anos para o presidente, é o de que o novo dirigente do País promova corte nos projetos militares em andamento, principalmente os que envolvem pesquisas de tecnologia de ponta, altamente onerosas para a Nação. O projeto de fabricação do avião de combate AMX, do Ministério da

Aeronáutica/Embraer, em conjunto com as indústrias italianas Aeromachi e Aeritalia, representa aplicação de substanciais recursos financeiros. Além deste existem os projetos de fabricação de mísseis, ainda na área da Aeronáutica.

No Exército o projeto FT-90 (Força Terrestre 1990), embora considerado modesto pelos técnicos do Ministério da Fazenda, começa a preocupar a área financeira do Governo com as constantes complementações de recursos, em função das alterações de preços dos equipamentos escolhidos ainda no período de vigência do Plano Cruzado. Na Marinha, a renovação dos meios flutuantes, que prevê a aquisição de novos submarinos, novas fragatas e navios de médio e pequeno porte, somados aos projetos de pesquisas, vêm provocando a preocupação da área financeira do Governo.